

Maria José Veloso da Costa Santos

Professora Substituta do Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação na FACC/UFRJ. Mestre em Ciência da Informação. Bibliotecária e Documentalista na Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional/UFRJ.

A Representação da Informação em Arquivos

Viabilidade de uso dos padrões utilizados na biblioteconomia

Relata a evolução dos padrões internacionais para descrição da informação até os dias atuais, com a intensificação de uso para consulta e armazenamento de informações na Internet. Analisa a padronização de entradas de entidades coletivas pelo Código Anglo-Americano adotado no Brasil e a viabilidade de sua utilização para o registro de autoridades arquivísticas e produtores de fundos documentais.

Palavras-chave: padrões internacionais de descrição; padronização de entradas de entidades coletivas; registro de autoridade arquivística.



This article reports the evolution of the international standards for description of the information up to nowadays, with the intensification of the Internet use for consultation and storage of information. It analyzes the standardization of entries of collective entities by the Anglo-American Code, adopted in Brazil and the viability of its use for the register of archival authorities, inclusive the producers of record groups.

Keywords: international standards of description; standardization of entries of collective entities; register of archival authority.

O uso de padrões na representação da informação, na área de biblioteconomia, é bastante antigo e discutido como pode ser observado em diversos artigos de revisão sobre o assunto, publicados no *American Review*

of Information Science and Technology (ARIST), em que autores enfatizam a importância do uso da padronização da descrição bibliográfica. Os padrões definem, homogeneizam os dados e servem como sustentáculo para a recuperação da in-

formação, de modo a atender aos usuários de forma eficiente e assim contribuir para a produção de conhecimento.

Este artigo restringe-se a abordar a representação descritiva que reflete a caracterização do item, seja ele materializado em qualquer suporte, como livro, ou em documento, objetos de estudo da biblioteconomia e da arquivologia. Descrevem-se, inicialmente, as primeiras tentativas de padronização, desde a Antigüidade até as sociedades contemporâneas, com a emergência de tendências que possibilitam maior rapidez e eficiência na recuperação, uso e transferência da informação, seguindo-se com uma breve explanação sobre a eficácia na adoção das normas estabelecidas pelo código de catalogação¹ utilizado pelas bibliotecas, especificamente no que se refere à normalização das entradas de entidades coletivas e sua eficácia para recuperação da informação em arquivos.

BUSCANDO PADRÕES PARA A REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO ATRAVÉS DOS TEMPOS

A história da busca de padrões para a descrição da informação não é nova, remonta às mais antigas bibliotecas que se tem conhecimento, com vestígios encontrados da representação de documentos realizadas por elas, o que lhes garantiu sua perpetuação histórica.

Antigüidade: primeiras tentativas de organização de catálogos

Muito antes da invenção da imprensa, ain-

da na Antigüidade, puderam ser percebidas tentativas de organização da informação em bibliotecas, com relatos que chegaram até nós sobre tabletes de argila encontrados no ano de 1300 a.C., em escavações hititas, onde foram observadas inscrições com certa lógica adotadas para a descrição física de documentos, identificando o número do tablete em uma série, o título e até mesmo o nome do escriba. Exemplo encontrado também em Nínive, no ano de 650 a.C., na biblioteca do rei assírio Assurbanipal, com inscrições em vinte mil tabletes² que comporiam um catálogo da época, trazendo, inclusive, um selo que identificava o título como propriedade real.³

Na cidade de Alexandria, a civilização grega que lá vivia nos legou a mais famosa biblioteca da Antigüidade: a biblioteca de Alexandria. Com um acervo estimado em cerca de quatrocentos mil rolos de papiro, teve no sábio Calímaco de Cirene seu organizador. Considerado o primeiro bibliotecário da história, Calímaco compilou o *Pinakes*, catálogo considerado um dos primeiros instrumentos de representação da informação que, segundo Canfora,⁴ ocupava sozinho 120 rolos de papiro, organizado em ordem alfabética de autores dentro de dez classes de assuntos predominantes à época. No *Pinakes*, o conceito de autor intelectual, enquanto ponto de acesso, já pode ser percebido como uma forma de padronização, visando à recuperação da informação. Esse trabalho, mais tarde, tornou-se o fundamento para o levantamento analítico da literatura grega antiga.⁵

Idade Média: o trabalho dos copistas nos mosteiros

Na Idade Média, a partir do século VI, observa-se o início do trabalho dos monges copistas introduzido por São Bento no Mosteiro de Monte Cassino, atividade dessa exclusiva deles, que ficaram, por muito tempo, como únicos copistas e preservadores de livros, compilando verdadeiros inventários que podem ser considerados catálogos. Como exemplo de catálogo dessa época, com a conotação dos tempos atuais, pode-se citar o catálogo do convento de Saint Martin, em Dover (1389), que, por meio da organização em três seções, já previa uma incipiente diversidade de pontos de acesso, em que uma informação poderia ser procurada, além da organização da localização física dos códices. No século XV, com o advento da imprensa, cabe também destacar os avanços decorrentes das bibliografias universais comerciais, como o catálogo de Amplonius Ratnik, em Berka (c. 1410), e a bibliografia compilada por Johann Trithem, com arranjo cronológico, prevendo a recuperação pelo autor por meio de um índice, ambos na Alemanha.

Século XVI: a contribuição das bibliografias

Elege-se, do século XVI, a bibliografia compilada, entre 1545 e 1548, pelo suíço naturalista e bibliógrafo Konrad Gesner, organizada por autor, incluindo índice de assunto e instruções para organização de livros e um sistema de classificação.

Em 1595, o livreiro inglês Andrew Maunsell compila o seu *Catálogo de livros ingleses impressos*, arranjado pelo sobrenome do autor, organização considerada como grande novidade da época.

Séculos XVII, XVIII e XIX: surgimento dos primeiros códigos e dos primeiros trabalhos

Impulsionados pelo movimento iluminista, de estimular o progresso científico e contribuir para o desenvolvimento cultural, no século XVII encontram-se diversas atividades que visaram a uma melhor recuperação da informação, podendo-se citar a reorganização da biblioteca da Universidade de Oxford, na Inglaterra, por Sir Thomas Bodley, que propôs um código de catalogação, prevendo remissivas e índice de assunto, o que determinou que a biblioteca ficasse conhecida como *Biblioteca Bodleyana*. Surgem trabalhos na França, como o de autoria de Gabriel Naudé, sobre a importância dos catálogos para encontrar livros, e o de autoria de Frederic Rostgaard, sobre normas para organização de catálogos.

No século XVIII, com o desenvolvimento da pesquisa científica alavancada pela Revolução Industrial, observa-se o crescimento do número de bibliotecas institucionais na Europa e a função do catálogo transforma-se, então, de simples inventário da coleção em ferramenta de recuperação da informação.

A Revolução Francesa trouxe grande contribuição para a biblioteconomia quando determinou o confisco das bibliotecas

dos nobres, que passaram a ser bibliotecas públicas e, como tal, necessitariam de catálogos para sua utilização pelo povo. É adotado pela primeira vez o catálogo em fichas, utilizando-se, para a sua confecção, cartas de baralho. Surge, também, o primeiro código nacional de catalogação, em 1791.

O século XIX assiste ao início da biblioteconomia, com o surgimento dos primeiros teóricos. É o início da catalogação normalizada, conforme denomina Barbosa,⁶ com o aparecimento de diversos códigos nacionais.

Na Inglaterra, por volta de 1836, um movimento na biblioteca do British Museum, em Londres, conhecido historicamente como “batalha das regras”, promovido pela discussão sobre a normalização da catalogação e dos catálogos entre bibliotecários e usuários, levou uma comissão nomeada pelo Parlamento britânico (House of Commons) a abrir um inquérito para resolver questões sobre a instituição. O brilhante depoimento de Anthony Panizzi (1787-1879), refugiado político italiano que trabalhava como bibliotecário no Museu, convenceu o Parlamento a aprovar, em 1841, seu código intitulado *91 Regras*.⁷ Algumas regras permanecem até hoje, como, entre outras, a valorização da página de rosto como fonte principal para identificar os dados de uma obra. Esse código influenciou, sobremaneira, outros códigos que viriam a ser redigidos.

Em 1852, Charles Coffin Jewett (1816-1868), bibliotecário-chefe da Smithsonian Institution, vislumbrava que

sua biblioteca fosse considerada a biblioteca nacional americana com um catálogo coletivo que indicasse aos usuários a localização de determinada publicação nas bibliotecas americanas, lançando as bases para a cooperação entre bibliotecas e o compartilhamento de recursos. Jewett pretendia que o catálogo da biblioteca da Smithsonian representasse, para a sociedade, mais que um guia de conhecimento, um instrumento de transformação. Sua contribuição para a adoção de padrões nas bibliotecas foi o código redigido para a biblioteca da Smithsonian Institution baseado nas 91 regras de Panizzi.

Considerada uma das mais significativas contribuições na área da biblioteconomia, o código desenvolvido por Charles Ammi Cutter (1837-1903), *Rules for a dictionary catalog*, foi o primeiro código a estabelecer uma série de regras sistematizadas de catalogação. A primeira edição é de 1876 e a última é de 1904 e estabelecia regras entremeadas com soluções e diversas observações, contemplando, além das entradas, a parte descritiva e de assunto.⁸ Cutter figura no “Hall da fama da Biblioteca” (*Library Hall of Fame*)⁹ e foi considerado gênio por Ranganathan.¹⁰ Publicou, também, um sistema de classificação de assuntos, *Cutter expansive classification*, e, em co-autoria com Sanborn, criou uma tabela representativa para codificação de sobrenomes de autores.¹¹ Mey considera que seus princípios se aplicam inteiramente aos recursos computacionais.¹²

Ainda no século XIX, em 1886, Karl Dziatzko (1842-1903), primeiro professor de biblioteconomia na Universidade de Göttingen, na Alemanha, lança o código para a Universidade de Breslau, baseado no Código de Munique, de 1850, em forma de manuscrito. O código de Dziatzko foi a base para o código alemão de 1899,¹³ conhecido como *Instruções prussianas*, adotado pela Alemanha, Áustria, Hungria, Noruega, Suécia, Suíça e Holanda. Em 1967, as *Instruções prussianas* passaram por revisões, dando origem ao *Regeln für die alphabetische Katalogisierung (RAK)*, adotado pela *Deutsche Bibliographie*, pelo catálogo coletivo alemão e pelos catálogos automatizados das bibliotecas.

Século XX: estabelecimento dos códigos

Na segunda década do século XX, surge a *Norme per il catalogo degli stamp*, código elaborado para a reorganização da Biblioteca Apostólica do Vaticano, que congrega práticas americanas e europeias. Baseado na primeira edição do código da American Library Association (ALA), foi traduzido para várias línguas, inclusive para o português e o espanhol; daí a sua ampla aceitação na América Latina. No Brasil, foram publicadas duas edições em português (1949 e 1962) e ensinado nas escolas de biblioteconomia até 1969.

O código da ALA surgiu a partir da necessidade de padronização de fichas de catalogação impressas, distribuídas em escala mundial pela Library of Congress

(LC),¹⁴ fato que reuniu a American Library Association (ALA) e a Library Association do Reino Unido na publicação da primeira edição desse código, no ano de 1908, intitulado *Condensed rules for author and title catalogue*. A segunda edição preliminar é de 1941 e a segunda edição definitiva de 1949, publicada em dois volumes. O volume 1, conhecido como *red book*, tem como título *Cataloging rules for author and titles entries* e o volume 2, conhecido como *green book*, intitula-se *Rules for a descriptive cataloging in the LC*, código bastante criticado, por se apontar para a necessidade de um acordo em termos internacionais para a adoção de normas.

A LC chamou para si os estudos para reformulação no conteúdo do volume 1 e Seymour Lubetzky (1898-2003), considerado o maior teórico da catalogação, a reformulação do volume 2, o que gerou um trabalho para a revisão das entradas com o título de *Cataloging rules and principles: a critique of ALA rules for entry and proposed design for their revision*, trabalho que foi a base para a catalogação moderna e que suscitou, em 1961, a Conferência Internacional sobre Princípios de Catalogação, conhecida como Conferência de Paris. O trabalho *Statement of principles*, resultante da conferência, ficou conhecido como *Princípios de Paris*, os quais tratam da universalização das regras e da semântica da descrição de suportes impressos. Lubetzky¹⁵ também desenvolveu uma nova abordagem para o

desenho de códigos de catalogação, princípios hoje revisitados e revisados para o ambiente digital.

Em 1967, a união de três instituições como a ALA (Estados Unidos), a Library Association (Reino Unido) e a Canadian Library Association (Canadá) fez emergir o mais utilizado código de catalogação da atualidade, o *Anglo-American Cataloging Rules*, que vem sendo subseqüentemente revisado através dos anos, acompanhando os avanços da sociedade. Em 1978, foi publicada sua segunda edição, conhecida como AACR2. Traduzida para o português, passou a ser adotada em grande escala nas bibliotecas brasileiras e nos cursos de biblioteconomia. Sua segunda edição revista, conhecida mais comumente como AACR2r, foi publicada em 2002 e traduzida para o português em 2005, ano em que foi anunciada, nos Estados Unidos, uma nova edição para 2009, com o título de *Resource Description and Access* (RDA).

O RDA congregará um conjunto de diretrizes e instruções referentes à descrição e ao acesso a recursos digitais e analógicos, cobrindo todos os conteúdos e mídias, e deverá ser utilizado não apenas por bibliotecas, mas, também, por arquivos, museus e editoras como padrão para descrição e acesso a recursos projetados para o mundo digital. A principal meta do RDA será incorporar, em suas regras, a terminologia dos *Functional Requirements for Bibliographic Records* (FRBR), abordado na seção a seguir.

Séculos XX e XXI: formatos de intercâmbio e metodologias para a representação da informação – o acesso público on-line aos catálogos

O desenvolvimento dos recursos computacionais nos anos de 1960 chega até as unidades de informação e assim como o código da ALA foi pensado para uniformizar as entradas das fichas impressas distribuídas pela LC, o formato MARC (Machine Readable Cataloging) foi idealizado para substituir as fichas impressas, de modo a facilitar o seu compartilhamento. É hoje o padrão utilizado pela maioria dos sistemas de informação em nível internacional, que desenvolveram seus formatos baseados nele.¹⁶ Encontra-se na sua versão 21 (MARC 21) e de acordo com a norma ISO 2.709,¹⁷ o que garante a sua interoperabilidade e a comunicação entre sistemas para intercâmbio de registros bibliográficos em meio magnético.

A Reunião Internacional de Especialistas de Catalogação (RIEC), que teve lugar em Copenhague (Dinamarca), em 1969, sob os auspícios da International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA), foi um marco importante para a padronização em nível internacional. Destacou-se, nessa reunião, dentre outros trabalhos, o de Michael Gorman, que resultou no estabelecimento de normas internacionais da parte descritiva do processo de catalogação, o que deu origem, mais tarde, à publicação, em 1971, da *International Standard of Bibliographical Description* (ISBD). Inicialmente, foi elabo-

rada a ISBD para a descrição de monografias – *International Standard of Bibliographical Description for Monographic Publications*, a ISBD(M). Nos anos subsequentes, outras ISBD surgiram para outros tipos de suportes que emergiam em paralelo à evolução das tecnologias de informação e necessárias para uma representação documental satisfatória e universal. Ultimamente, foi lançada a ISBD(ER)¹⁸ para recursos eletrônicos e, para 2008, a IFLA pretende lançar edição condensada com todas as ISBD.

Com o desenvolvimento da Internet, presencia-se a democratização do conhecimento e o acesso público aos catálogos das unidades de informação. É o advento do catálogo eletrônico e on-line, os chamados OPACs – *On Line Public Access Catalogs*, que trouxeram benefícios incalculáveis para o usuário conseguir acessar e localizar a informação registrada, independentemente de sua localização geográfica.

A Internet trouxe, também, mudanças no sistema de comunicação da sociedade e os profissionais da informação, em razão disso, passaram a conviver com um dos maiores problemas da atualidade, que é o excesso de informação disponível na rede sem representação organizada. Para minimizar esse problema, surgiram os metadados, que são dados codificados e estruturados que descrevem as características dos recursos eletrônicos,¹⁹ tornando-os mais compatíveis com as bases de dados já existentes, permitindo, dessa forma, sua melhor visualização pelos

motores de busca e, portanto, essenciais para a recuperação satisfatória da informação. São importantes na organização, gestão e recuperação da informação eletrônica.

O padrão de metadados mais conhecido mundialmente é o *Dublin Core Metadata Initiative*, ou simplesmente *Dublin Core*, como ficou conhecido, criado em 1995 pela On Line Computer Library (OCLC)²⁰ e o National Center for Supercomputer Applications (NCSA). Possui estrutura simples para que o próprio usuário realize a descrição de seu trabalho, incluindo 15 elementos: título, criador, assunto, descrição, produtor, colaborador, data, tipo, formato, identificador, fonte, idioma, relação, cobertura e direitos. O número de elementos selecionados para descrever um trabalho depende do grau de detalhamento desejado.

Existem autores que consideram os catálogos de unidades de informação como um tipo de metadado que emprega regras de catalogação e formato de intercâmbio bibliográfico.

Nos últimos anos da década de 1990, tendo em vista a proliferação de materiais eletrônicos e multimídias e a procura de maior eficácia no atendimento às necessidades de buscas dos usuários, a IFLA organizou o *Seminar on Bibliographic Records*, realizado na cidade de Estocolmo (Suécia), que concluiu, dentre outros assuntos, pela determinação de um núcleo básico mínimo de descrição para reduzir os custos da representação da informação. Para tal, foi criado um grupo de estudos que, em 1998,

apresentou o relatório final sobre os *Functional Requirements for Bibliographic Records*²¹ (FRBR), referencial teórico centrado no modelo computacional entidade-relacionamento (E-R) para análise e elaboração de descrições bibliográficas focadas no usuário e na obtenção de resultados mais relevantes em suas buscas (procurar, identificar, selecionar e obter), ou seja, é um novo paradigma que apresenta as entidades, os atributos e os relacionamentos necessários aos registros da informação. A aplicabilidade da metodologia dos FRBR para as bases de dados bibliográficas está sendo desenvolvida pela Visionary Technology in Library Solutions (VTLS) e apresenta, até o momento, literatura escassa sobre o assunto, reduzindo-se a trabalhos teóricos. A nova edição do AACR2, o RDA, incorporará a metodologia dos FRBR.

À PADRONIZAÇÃO DOS CABEÇALHOS PARA ENTIDADES COLETIVAS E A RECUPERAÇÃO DA INFORMAÇÃO NOS ARQUIVOS

Pode-se definir entidade coletiva como qualquer organização ou grupo de pessoas que se identifica por um nome particular. Elas podem ser permanentes ou temporárias, podem exercer funções educativas, técnicas, científicas, culturais, médicas, religiosas, sociais, comerciais e industriais, bem como podem ser entidades que exerçam funções legislativas, judiciais, administrativas, militares e diplomáticas.²²

O conceito de autoria coletiva se desenvolveu tradicionalmente na Inglaterra e

nos Estados Unidos, respectivamente, em 1841, com as *91 Regras* de Antonio Panizzi para a biblioteca do Museu Britânico, e, em 1852, com as regras de Charles Jewett para a biblioteca da Smithsonian Institution.

Embora a Conferência de Paris, de 1961, as tenha reconhecido como importantes pontos de acesso para a informação bibliográfica, alguns autores apontam que a autoria coletiva tem sido sempre um assunto problemático. Tanto assim que, desde 1976, a IFLA criou um grupo de trabalho que vem discutindo a uniformização, em nível internacional, da forma e da estrutura dessas entradas.

Concretamente, o que o grupo de trabalho vem recomendando é que as agências bibliográficas nacionais (no caso do Brasil, a Biblioteca Nacional) preservem a forma de entrada que melhor se adapte às necessidades lingüísticas e culturais de seus países; determinem formas de controle universal para autores corporativos, vinculadas a um número internacional de modo a facilitar o intercâmbio; e considerem o usuário como centro de atenção principal, entre outras recomendações.

No campo dos arquivos, a Norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias, ISAAR(CPF), constitui-se ferramenta fundamental para o controle de autoridades de nomes de produtores de arquivos, aí referidas como “forma autorizada dos nomes”. A ISAAR(CPF) não define regras para o controle de autoridades, mas recomenda o

uso de normas nacionais e internacionais vigentes, e prevê também a possibilidade de compartilhar dados fora do domínio arquivístico.

O AACR2R (2002) dedica o capítulo 24 para regras de cabeçalhos para entidades coletivas. São 19 regras que tratam da escolha do nome, de suas formas variantes, dos acréscimos, omissões e modificações, dos congressos, conferências, reuniões etc., e das entidades subordinadas e relacionadas. Enumera, também, 13 tipos de entidades com grande riqueza de detalhes, visando a uma uniformização internacional.

No entanto, o que se pode inferir é que diante de tanto detalhe e diferenças, como ficam as buscas do usuário? Qual a relevância de uso dessas regras para a escolha da forma autorizada dos nomes para produtores de arquivo?

Acredita-se que o AACR3, ou o RDA, venha a resolver todos esses problemas com a incorporação dos FRBR, auxiliando na revisão da catalogação tradicional e permitindo identificar elementos da

descrição bibliográfica mais relevantes para as buscas dos usuários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tem-se como certo que a palavra de ordem da era da globalização é o compartilhamento de informações visando à economia de recursos. Para que isso ocorra de forma eficiente e eficaz, necessário se faz que a padronização da representação da informação seja estruturada de forma mais coerente, atendendo às necessidades de buscas de usuários, não só de bibliotecas, mas, também, de arquivos e museus, instituições que promovem a socialização do saber.

Os arquivos, como bens públicos, devem propiciar a democratização da informação em múltiplas perspectivas de acesso ao acervo, tendo como grande aliada nessa missão as tecnologias de informação que, com suas ferramentas sofisticadas, possibilitam que um catálogo de acesso público e on-line permita encontrar informações, além do que o usuário demanda.

N O T A S

1. Código de Catalogação Anglo-Americano, 2. ed. rev., 2005.
2. Coleção de fragmentos desses tabletes pode ser vista no Museu Britânico, em Londres.
3. MEY, E. S. A. Descrição bibliográfica. In: MEY, E. S. A. *Introdução à catalogação*. Brasília: Briquet de Lemos, 1995, p. 12.
4. CANFORA, Luciano. *A biblioteca desaparecida: histórias da biblioteca de Alexandria*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 41.
5. WILSON, P. The catalog as access mechanism: background and concepts. In: CARPENTER, M.; SVENONIUS, E. (ed.). *Foundations of cataloguing*. Littleton: Libraries Unlimited, 1985, p. 253-268.

6. BARBOSA, A. P. *Novos rumos da catalogação*. Org., rev. atual. de Elza Lima e Silvia Maia. Rio de Janeiro: BNG/Brasilart, 1978.
7. MEY, E. S. A., op. cit., p. 20.
8. Ibidem, p. 21.
9. Lista de quarenta líderes da moderna biblioteconomia, instituída por ocasião do 75º aniversário da American Library Association (ALA), no ano de 1851.
10. Shialy Ramamrita Ranganathan (1892-1962), matemático e bibliotecário indiano, considerado um dos maiores teóricos na área de biblioteconomia e ciência da informação.
11. Disponível em: <http://www.librarian.or.kr/reference/mark/cutter9.htm>
12. MEY, E. S. A., op. cit., p. 21.
13. *Instruktionen fur die alphabetischen Katalog der Preussischen Bibliotheken*.
14. Sistema de venda de fichas de catalogação para as bibliotecas, evitando que as mesmas catalogassem um livro já catalogado pela LC. Esse sistema depois passou a ser realizado de forma cooperativa, ou seja, as bibliotecas catalogavam seu acervo e mandavam as fichas para a LC, compartilhando suas catalogações com outras bibliotecas.
15. No seu 104º aniversário foi homenageado como membro vitalício da ALA, a mais alta condecoração da associação.
16. UKMARC (Reino Unido), CanMARC (Canadá), InterMARC (França), IBERMARC (Espanha) e o UNIMARC (MARC internacional).
17. International Standardization Organization (Organização Internacional de Padronização).
18. *International Standard of Bibliographical Description for Electronic Resources*.
19. Segundo o AACR2R, recursos eletrônicos consistem de dados, programas ou combinações de dados e programas.
20. A OCLC é a maior base de registros catalográficos do mundo, com quase cem milhões de registros.
21. Requisitos funcionais para registros bibliográficos.
22. Guerrini, 1998, apud MEY, E. S. A., op. cit.